
FAVELAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

Uma Síntese Histórica e Psicossocial

Vinicius Bandera*

1. INTRODUÇÃO

Estaremos mostrando que a favela surgiu não como uma livre escolha de pessoas que desejavam fundar uma comunidade para si à parte da cidade dita civilizada. Não, ela surgiu justamente por que dezenas, centenas e, com o tempo, milhares de pessoas não tinham condições econômicas de habitar nessa cidade civilizada e se viram obrigadas a criar uma outra cidade para si: a cidade-favela, composta de algumas favelas, que ao final do século XX seriam centenas.

De início, as favelas eram comunidades isoladas, carentes de praticamente todos os serviços públicos (saneamento básico, saúde, educação, etc.) e privados (comércio, transportes, etc.), prenes de insalubridade promotora de riscos à saúde não somente dos favelados, mas da cidade como um todo. Com isso, as favelas passaram a ser vistas pela cidade "normal" como uma anormalidade a colocar em risco de doenças, marginalidade e criminalidade a já cognominada cidade maravilhosa, que se vinha modernizando, desde a virada do século XX, tendo Paris como principal paradigma.

* Pós-doutorando em História Social (USP). Doutorado em Sociologia (UFRJ). Mestrado em Ciência Política (UNICAMP). Contato: viniciusbandera@gmail.com

Paulatinamente, os moradores de favelas foram se integrando à vida da cidade, principalmente através de trabalharem em funções subalternas, como empregos domésticos e ofícios manuais. Essa integração, que se fortaleceu com o tempo, como veremos mais adiante, não tem impedido que as favelas continuem com suas carências de serviços públicos e privados, embora as tenham em menor grau do que em seus primórdios.

O Estado não demorou em promover intervenções sobre as favelas, sobretudo através da política de remoções de favelados de áreas nobres da cidade para parques proletários construídos com a finalidade de absorver quem não tivesse condições econômicas para alugar ou comprar uma moradia.

Paralelamente a essa ação repressiva estatal, foi-se criando uma cultura de favela, devido ao fato de os moradores de favelas constituírem uma população mais homogênea do que a população do asfalto e também por eles conviverem em relações mais próximas de amizade e vizinhança, o que reforça vínculos de solidariedade, de pertencimento, de identidade, os quais se reforçaram mais ainda por conta do desprezo vindo do asfalto e da incúria e repressão vindas do Estado. Essa solidariedade e identidade foram um fator decisivo a levar os moradores a criarem associações de moradores como forma de defesa política de seu território e de sua cultura. Defesa, sobretudo contra a política de remoções que marcou grande período (décadas de 1920 a 1970). O fato de políticos irem a favelas em busca de votos durante o período eleitoral passou a contribuir para o fortalecimento político das favelas, propiciando que os moradores dessas comunidades, tornassem-se obrigados a participar da vida pública da cidade, do estado e do país ao votarem em uns candidatos em detrimento de outros. A questão utilitarista do voto (tanto para os políticos como para os favelados), e voto por atacado e barato (não raramente "comprado" por promessas vãs de políticos e até por favores eleitoreiros - instalação de bica d"água, "doação" de bens materiais, etc) -, levou a uma maior integração (pautada, não raras vezes, por relações de clientelismo) entre as favelas e o mundo da política, o que implicava uma integração entre a favela e o asfalto, entre o mundo marginalizado e o mundo oficial. Integração essa que reforçava a

integração que já se vinha desenvolvendo através das relações de trabalho (muitas vezes informais: sem assinatura da carteira de trabalho) entre asfalto e favela.

Outro motivo dessa integração estava no fato de favelados terem se tornado clientes da indústria cultural, através do rádio e, sobretudo, da televisão a partir da década de 1950, quase tanto quanto os clientes do mundo "civilizado" produtor deste tipo de indústria. Assim, favelados adquiriam valores e comportamentos semelhantes aos adquiridos pelos habitantes do asfalto.

Esses "modelos" de integração que acabamos de ver, pelo trabalho, pela política (ou politicagem) eleitoral e pela indústria cultural promoveram uma aculturação, evidentemente que ditada pelo asfalto. Não obstante, essa aculturação não impediu que a cultura do asfalto recebesse, concomitantemente, influência da cultura da favela, sobretudo através do samba, um significativo gênero cultural porta-voz da cultura favelada de raiz. O samba passou a valorizar a favela, sobretudo a cultura de favela (o cotidiano dos favelados), reforçando, com isto, a identidade, o orgulho, de ser favelado. Quando o samba foi transposto para o carnaval, essa identidade se fortaleceu ainda mais, principalmente a partir do momento em que o carnaval carioca passou a ter nas escolas de samba o seu maior patrimônio e atrativo turístico. A essa altura, década de 1940 em diante, a favela já se afirmava na cidade do Rio de Janeiro como uma cultura significativa, malgrado sem deixar de estar contaminada/dominada pela cultura oficial (indústria cultural/espírito do capitalismo).

Um outro aspecto que destacaremos neste texto refere-se a uma representação social vinda do asfalto, sobretudo da grande mídia, a partir da década de 1980, identificando as favelas como sendo o *locus* do crime organizado. Essa representação se deu, sobretudo, pelo fato de que a partir dessa época as favelas foram invadidas pelo tráfico de cocaína, o que gerou o denominado crime organizado e Estado paralelo, ambos vistos pelo asfalto como estando sob o comando de traficantes das favelas. Sem dúvida, a nível local o comando pertencia (e ainda pertence) a traficantes favelados, mas, a nível global, o comando sempre esteve, como buscaremos argumentar, em mãos

dos grandes empresários multinacionais do tráfico de drogas e de armas. Os anos 1980 e 1990 foram decisivos no enfrentamento a esse crime organizado, a esse Estado paralelo, quando duas propostas se antagonizaram, uma defendendo basicamente uma educação conscientizadora em horário integral para as crianças (sobretudo para estas) e adolescentes de favelas e a outra com base em uma política repressiva de invasões policiais (às vezes em conjunto com as Forças Armadas) às favelas com o objetivo de prender e/ou matar traficantes. Veremos que a segunda proposta tornou-se hegemônica.

2. ORIGENS

A favela, na cidade do Rio de Janeiro e em grande parte do Brasil, foi (e vem sendo) uma solução de moradia encontrada por pessoas que não conseguiram uma inserção na sociedade formal e criaram para si uma sociedade informal (favela), uma sociedade praticamente sem Estado; antropologicamente falando, e, guardando as devidas proporções, uma sociedade quase que primitiva. Uma sociedade marginal convivendo com a sociedade oficial, fazendo com que a cidade do Rio de Janeiro tenha sido definida por Zuenir Ventura como uma cidade partida: asfalto e favela (VENTURA, 1994). Essa ambiência de marginalidade, marcada pela incúria estatal, tornou-se bastante propícia para a instauração do que a academia e a mídia costumam designar por Estado paralelo, isto é, o monopólio do uso da força (Weber) por parte de criminosos, à revelia do poder público.

Se remontarmos à origem das favelas, perceberemos que elas foram formadas por pessoas/famílias que não tiveram condições de se inserir na sociedade formal, pelo fato de não poderem comprar nem alugar um imóvel. Então, a opção compulsória foi ocupar terrenos, geralmente sem proprietários privados e quase sempre localizados em morros, com a finalidade de construir um imóvel em precárias condições, muitas vezes de madeira, zinco e/ou papelão; algumas vezes de alvenaria inacabada, sem pintura, instalação elétrica e esgoto, até pela falta de infraestrutura estatal para prover esses

ocupantes de luz, água e esgotamento sanitário. Não obstante essa adversidade, as favelas têm sido uma oportunidade de sobrevivência para quem não pode viver na sociedade formal. Uma oportunidade levada a efeito pelos próprios ocupantes, sem ajuda estatal, e que se foi multiplicando ao longo das décadas.

Desde o seu surgimento, as favelas constituíram para os favelados uma “solução de emergência” (GUIMARÃES, 1953: p.255), ao passo que para as autoridades governantes e para grande parte dos moradores do “asfalto” elas se tornaram um problema de muito difícil solução, do que trataremos adiante. A rigor, as favelas são, ao longo de décadas, produto de uma ausência contínua de políticas públicas em favor da população mais desfavorecida economicamente. São a marca mais gritante da brutal desigualdade socioeconômica que vem sendo uma constante na formação social brasileira.

Para seus moradores, as favelas têm sido, regra geral, uma solução pelo fato deles não precisarem pagar aluguel ou prestação de compra de moradia nem pagar impostos, taxas de luz e água. Outra vantagem é que as favelas, no mais das vezes, foram criadas dentro de áreas de considerável concentração de serviços, como comércio, escolas, hospitais, transportes e mercado de trabalho formal e informal.

O fato de os fundadores das favelas e seus descendentes serem mais ou menos da mesma condição socioeconômica e com mais ou menos o mesmo nível escolar e intelectual, proporcionou que se tornasse estabelecida uma cultura de favela, com base em relações de vizinhança mais estreitas, mais íntimas e solidárias, facilitando o estabelecimento de amizade entre crianças e também entre adultos.

A favela propicia uma comunidade onde se pode contar com amigos e vizinhos para favores recíprocos; sempre existe alguém com quem deixar as crianças; há um vizinho com geladeira, onde o leite do bebê pode ser conservado fresco no verão; alguém tem uma máquina de costura para um conserto rápido. Além disso, é possível comprar mantimentos a crédito nos comerciantes locais (ainda que por preço mais alto), de maneira que, mesmo se o dinheiro faltar, é possível alimentar a família (PERLMAN, 1981: p. 236).

Paulatinamente, os moradores de favelas foram interagindo e aumentando a interação com os moradores do “asfalto”, sobretudo através da inserção nos mercados de trabalho formal e informal, além do consumo da indústria cultural, adquirindo, com isso, valores mais egoístas/individualistas/competitivos próprios do capitalismo. Não obstante, a cultura de favela tem mantido grande parte de sua integridade, o que tem sido de fundamental importância na luta dos favelados em defesa de preservar suas moradias contra seguidas tentativas de remoção e reivindicar direitos de cidadania liberal que lhes tem sido negligenciados desde a origem da solução/problema favela.

A origem do nome favela para representar um aglomerado de casebres pobres em um terreno sem infraestrutura e becos tortuosos se deve ao fato de ex-combatentes da Guerra de Canudos terem ocupado, por volta de 1895, lotes no Morro da Providência para aí construir casas rústicas (OLIVEIRA, 1985: p. 9; VALLADARES, 2000: p. 7) com o objetivo de “pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos” (Valladares, 2000: p. 7). Essa ocupação fez o Morro da Providência tornar-se conhecido como Morro da Favela, através das seguintes versões: a existência no Morro da Providência “da mesma vegetação que cobria o morro da Favella no Município de Monte Santo, na Bahia” e o papel representado na Guerra de Canudos “pelo morro da Favela de Monte Santo, cuja feroz resistência retardou o avanço final do exército da República sobre o arraial de Canudos” (Ibid.: p. 9). Posteriormente, sobretudo a partir dos anos 1920, os demais aglomerados de casas rústicas que surgiram em condições semelhantes às do Morro da Providência ou Morro da Favela passaram a ser denominados favela, cada uma com seu nome específico.

Acabamos de apresentar duas versões a respeito da origem do nome favela, vamos, a seguir, apresentar três versões sobre a origem da favela enquanto espaço geográfico:

A favela surge no fim do século XX, devido à desterritorialização dos negros alforriados por terem combatido na Guerra do Paraguai (1865-1870), que não tinham para onde ir nem para onde voltar e passaram a residir nos morros; à autorização dada aos praças que combaterem no conflito de Canudos em

1897 para que ocupassem provisoriamente os morros da Providência e de Santo Antônio; ou à destruição do cortiço Cabeça de Porco, em 1894, quando o prefeito Barata Ribeiro permitiu que os aproximadamente 4 mil moradores retirassem as madeiras do cortiço para que fossem aproveitadas em outras construções, segundo as três versões apresentadas por Campos (2007) (ROCHA, 2010, p.1).

Apesar de o nome favela ter-se tornado substantivo indicativo de moradias rústicas em condições precárias de infraestrutura, o Morro da Providência ou Morro da Favela teve sua origem precedida por outras comunidades semelhantes, como a Quinta do Caju, a Mangueira (que não era a atual Mangueira) e a Serra Morena (VALLADARES, 2000, p. 7 e 8).

3. O OLHAR DE FORA E A INTERVENÇÃO ESTATAL

Em pouco tempo, as favelas passaram a sofrer representações diversas que acabaram influenciando a constituição de sua identidade. A primeira dessas representações a identificavam como *locus* de extrema pobreza, insalubridade e marginalidade (VALLADARES, 2000, p. 8). Outra representação, conduzida por engenheiros e urbanistas, enquadrava as favelas como um problema urbanístico e social a ser equacionado pelo poder público através do Plano Agache (1930) e do Código de Obras (1937) (VALLADARES, 2000, p. 12; VALLADARES, 2005, Cap. 1). Uma campanha liderada por Carlos Lacerda (futuro governador do estado da Guanabara) em sua coluna Tribuna da Imprensa, no jornal Correio da Manhã, entre maio e junho de 1948, veio a se constituir em uma representação pela qual os favelados apareciam como vítimas inertes da ausência de políticas sociais em seu favor (OLIVEIRA, 2010; ROCHA, 2010). A representação mais recente, a partir de meados da década de 1980, indica as favelas como espaço dominado pelo crime organizado em torno do tráfico de drogas (ROCHA, 2010), ou seja, espaço da violência, da criminalidade. Também a partir da década de 1980, as favelas passaram a receber a denominação comunidade como forma de amenizar e mesmo camuflar a pesada carga de representações negativas

que as vinham marcando por décadas. É importante salientar que todas essas representações foram construídas de fora para dentro, representando o que poderíamos denominar “olhar do asfalto”.

A primeira intervenção de vulto nas favelas cariocas aconteceu através do Código de Obras de 1937, que as identificava como um mal a ser extirpado e proibia “a construção de novas moradias, assim como a melhoria das existentes”, propondo a construção de “habitações proletárias”, o que serviria de parâmetro para o projeto de construção dos parques proletários implementados a partir do início da década 1940 (BURGOS, 2006, p. 27). Os três primeiros parques proletários foram construídos nos bairros do Caju, Gávea e Leblon, entre 1941 e 1942, “para onde foram transferidos cerca de quatro mil favelados, de um universo de 130 mil” (PANDOLFI & GRYNSPAN, 2002, p. 242). Os parques proletários consistiam em um espaço que o poder público reservava aos favelados dentro da cidade, visando civilizá-los de forma subalterna, de modo a serem úteis à sociedade formal, sobretudo como força de trabalho dócil e barata, inibindo-os, dessa maneira, de continuarem a ser focos de insalubridade e marginalidade, segundo uma das representações que vimos há pouco. Devido a esse cuidado por parte das autoridades públicas, “rígidas normas de controle social eram adotadas no interior dos Parques, cujos moradores eram identificados por carteiras e obrigados a agir segundo padrões de comportamento moral controlados pelos administradores” (Ibid.).

A remoção forçada de moradores de favelas para esses parques proletários se deu em pleno regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945) e se apresentou como uma intervenção autoritária do poder público como forma de regular a vida urbana. Outras remoções autoritárias viriam a ser efetuadas após o Estado Novo, principalmente em outro período ditatorial (regime militar pós-1964), trazendo medo aos favelados e, concomitantemente, reforçando a sua unidade e identidade de resistência, o que contribuiu para que eles formassem entidades representativas de seus direitos liberais de cidadania. Entre essas entidades, podemos destacar a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal (criada em 1957), a FAFEG-Federação das Associações

de Favelas do Estado da Guanabara (1967), transformada, em 1975, em FAFERJ- Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, quando da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Com o tempo, as associações de moradores foram ganhando legitimidade dentro de cada favela e perante o poder público, adquirindo o status de prefeituras locais. Não seria exagero dizer, que na ausência de governos, as associações representaram o primeiro tipo de poder paralelo nas favelas, no bom sentido, antes do surgimento do crime organizado.

Embora sua função básica seja a de representar e defender os interesses dos moradores, junto ao Poder Público, seu raio de ação é bem mais amplo. Assim, são elas que se encarregam da realização de pequenas obras de infraestrutura como conserto e reparação de canos, desentupimento de valas, ou da resolução de conflitos entre vizinhos, motivados pela criação de animais ou por reformas de moradia. Além disso, atuam também na área de assistência à saúde, através de plantões médicos em sua sede, e como fórum de debates dos problemas locais. Mas é a sua função de “Cartório” a que melhor exemplifica a tendência de institucionalização das relações em curso nas favelas. É através das Associações que passa a ser feita a maior parte das transações imobiliárias referentes à compra, venda, doações, trocas, partilhas de imóveis, cessão e vinda de lajes e cômodos, além de licenças para ampliações ou reformas (OLIVEIRA, 2010, p. 17).

Paralelamente, o poder público foi também ampliando a sua intervenção sobre as favelas, através da criação de diversos órgãos específicos, como SERFHA- Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (1956), CHISAM- Coordenação de Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana do Grande Rio (1968) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (1979).

Com o golpe de 64, o autoritarismo atingiu todos os setores da vida brasileira, inclusive as favelas. A política de remoção se acentuou, assim como um controle estreito sobre as associações de moradores. Entre 1968 e 1975, foram removidas “em torno de 100 mil pessoas” e “destruídas cerca de 60 favelas” (BURGOS, 2006, p. 38). No entanto, a continuidade do fluxo emigratório para o sudeste e o empobrecimento de parte significativa da população brasileira, fez com que grande número de nordestinos e de residentes do asfalto na cidade do Rio de Janeiro engrossassem o número de

habitantes das favelas existentes e contribuíssem para a criação de novas favelas. Assim, a despeito das políticas de remoção, as favelas foram-se firmando e aumentando em quantidade e em densidade demográfica, espalhando-se por toda a cidade, ao invés de se concentrarem somente na área central e na Zona Sul, como no início de sua formação. Em 1965, havia 211 favelas, com um número de habitantes que correspondia a 11,12% da população global da cidade do Rio de Janeiro. Cinco anos depois, o percentual quase que dobrou, chegando a 18%, indicativo de 757.700 favelados (CRUZ NETO et al., 2001, p. 63). Segundo outros números, entre 1966 e 1980, as favelas cariocas “tiveram o brutal crescimento de 317%, enquanto a população não-favelada cresceu de apenas 44%. Ademais, reconhece-se que este, na verdade, é uma problema nacional, atingindo também outras cidades brasileiras” (ABRANTES, 1988, p.137).

A escalada percentual da população favelada no conjunto da população carioca, de década a década, foi de 8,5% em 1950, 16% em 1960 e 32% em 1970, chegando, neste último ano, a um quantitativo de cerca de um milhão de pessoas (PERLMAN, 1981, p.41). Houve uma duplicação de favelados a cada dez anos, o que é um reflexo significativo da escalada da desigualdade social no Brasil. A política de remoções, acentuada no período do regime autoritário pós-64, foi incapaz de conter a multiplicação de favelas e favelados, pois entre os anos 1968 e 1974 houve um aumento de 65,1% no número de remoções em comparação com as que foram realizadas entre 1962 e 1974; no entanto, entre 1970 e 1974 houve um aumento de 74% no número de favelas e 36% no número da população favelada (VALLADARES, 1978, p. 44).

4. A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

A partir de meados da década de 1980, surgiu nas favelas cariocas o crime organizado com base no tráfico de drogas. Na década seguinte, sobretudo pelo advento da globalização, houve um incremento no comércio de armas e drogas, o qual tem como desaguadouro preferencial os guetos das grandes cidades, principalmente, como no caso da cidade do Rio de Janeiro, as favelas. Foi nesse momento que os traficantes se viram

contemplados com uma bem maior oferta de drogas e armas, passando de uma fase romântica para uma empresarial, ligada direta e/ou indiretamente aos cartéis do crime organizado internacional. Então, como poder hegemônico nas favelas, principalmente em face da ausência ou incúria do poder público, os traficantes instalaram um “Estado paralelo”, para o qual o domínio coercitivo e ideológico sobre as associações de moradores tornou-se uma questão estratégica fundamental. Em outras palavras, o crime, tornando-se organizado e hegemônico, avocou o “controle, direto ou indireto, sobre as organizações cívicas locais” (SOARES, 2000, p. 268).

A causa principal da formação do crime organizado se deve ao aparecimento da cocaína como mercadoria mais cobiçada no comércio internacional de drogas. Cocaína não fabricada no Brasil, mas que aqui chega importada, tendo as favelas cariocas como seu principal entreposto. Outra causa importante para a formação do crime organizado em torno do comércio de drogas está no fato de, nos anos 1970, criminosos comuns terem sido presos na Penitenciária Cândido Mendes, na Ilha Grande, onde tiveram contato com presos políticos, combatentes da luta armada contra a ditadura militar. Parte desses criminosos absorveram ensinamentos de organização com presos políticos internos na mesma penitenciária, o que influenciaria para eles formarem a organização criminosa conhecida como Falange Vermelha, que, posteriormente, daria lugar ao Comando Vermelho, que teria como dissidências o Terceiro Comando e a ADA-Amigos dos Amigos.

O nome original do Comando Vermelho era Grupo União Grêmio Recreativo e Esportivo do Presídio Ilha Grande. O nome Falange Vermelha (e posteriormente Comando vermelho) foi criado pelos funcionários do presídio, que queriam passar a imagem de um perigoso grupo militar politicamente subversivo. Os nomes Falange Vermelha e Comando Vermelho foram então usados pela imprensa e “pegaram” a partir dos anos 70 (LEEDS, 2006, p. 260).

Zuenir Ventura e Alba Zaluar compreendem a violência nas favelas cariocas não somente como um produto local, originado e sob o controle racional dos traficantes,

mas como um produto demandado por uma rede de poderes que envolve traficantes de drogas de favelas, instituições de segurança pública (sobretudo a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) e o mercado capitalista de drogas e armas, o qual é o principal fomentador da violência local, que está condicionada por "uma guerra pós-moderna, que depende das artes bélicas, mas também das leis do mercado, é um tipo de comércio" (VENTURA, op. cit., p. 14). Zaluar também chama a atenção para a corrupção e a cumplicidade entre policiais como dois outros elementos fundamentais para a produção e a reprodução da violência urbana a partir do tráfico de drogas nas favelas cariocas (ZALUAR, 2004, p. 31).

Sendo o tráfico de drogas um comércio internacional, – dirigido por capitalistas que, evidentemente, não moram, não frequentam e, em grande parte, não conhecem as favelas e outras áreas pobres onde são comercializadas suas mercadorias de altíssima rentabilidade – poderíamos dizer que os traficantes das favelas têm explorada a sua mais-valia em favor desses capitalistas internacionais, que legalizam grande parte de seus lucros alcançados com a demanda cada vez mais aquecida de consumidores, transformando o ilícito em lícito, através da lavagem do dinheiro sujo. Isto implica dizer que enquanto existir esses capitalistas e os consumidores que, em geral, também não são moradores de favelas ou de áreas pobres, o tráfico tenderá a prosseguir.

No mais das vezes, as análises sobre o tráfico de drogas, sobretudo as registradas pela mídia e por agentes governamentais, abstraem-se de considerar a presença decisiva dos capitalistas, concentrando a atenção basicamente sobre os traficantes retalhistas, vendo-os como únicos responsáveis pelo rentável negócio das drogas, o que tem facilitado a vitória hegemônica da política de segurança pública de caráter predominantemente repressivo, que faz a polícia se armar cada vez mais para invadir as favelas com o objetivo de acabar com o tráfico de drogas e seus agentes locais. Acabar em tese, porquanto na realidade há um interesse utilitarista de que a guerra contra o tráfico continue indefinidamente, pois ela traz dividendos para diversos envolvidos nela, como agentes governamentais, judiciários, policiais, empresariais, além dos próprios traficantes retalhistas. A este respeito, João Ubaldo Ribeiro escreveu um interessante

artigo no qual ele considera que a existência do consumidor, dos vendedores de armas e da corrupção alimenta mais o tráfico de drogas do que a ação dos traficantes varejistas. Ribeiro entende que a corrupção é elemento fundamental para que o tráfico aconteça na ponta, ou seja, para que ele se efetue enquanto resultado de ações anteriores promovidas pela rede que o comanda a nível atacadista.

A corrupção está disseminada em toda parte, não somente no sistema brasileiro, como no do mundo inteiro, em maior ou menor grau. Se não houver tráfico e a guerra santa contra ele, onde ficarão os ganhos dos corruptos, que não terão por que exigir comissões, subornos e propinas? É tolerável perder essa fonte de renda, em muitos casos milionária? Receio que não, e o mercado continuará a funcionar esplendidamente, para a felicidade harmoniosa de seus agentes, num entrelace delicado, em que o traficante agradece à repressão por lhe proporcionar um ramo de negócios lucrativo, a repressão e seus instrumentos agradecem ao traficante por fazê-los prosperar e o corrupto agradece a ambos pelo rico dinheirinho a ser malocado em contas secretas (RIBEIRO, 2010, p. 5).

Por corrupção não podemos considerar somente a que opera na ponta do tráfico, quando policiais corruptos achacam traficantes em troca de vantagens pecuniárias ou quando se tornam seus parceiros, vendendo-lhes armas e/ou prestando-lhes segurança e informações sobre operações policiais contra o tráfico. Temos que levar em conta, sobretudo, a corrupção que mais favorece a disseminação do tráfico, justamente a menos visível e comentada, que ocorre nas altas esferas policiais, políticas, empresariais e/ou judiciárias, a qual tem como objeto primordial a conjugação de interesses dos capitalistas que traficam armas e/ou drogas. Este último tráfico é o principal responsável pela existência do primeiro, pois sem armas pesadas, que são comercializadas legalmente a nível internacional, não haveria traficantes fortemente armados em comunidades pobres de várias partes do mundo. O tráfico de armas é a garantia de poder bélico para o tráfico de drogas, e este é a garantia de poder econômico para ativar a circulação daquele. Assim, há um círculo vicioso no qual drogas e armas são duas mercadorias que se alimentam mutuamente.

Da corrupção policial na ponta, surgiram as milícias, compostas de policiais (sobretudo policiais militares), bombeiros militares e informantes, que deixaram de ser parceiros minoritários de traficantes para se tornarem “donos” de favelas, operando geralmente como comerciantes de segurança (cobrando uma taxa dos moradores), armas, gás, transporte alternativo (vans e kombis) e acesso à internet e TV a cabo. Ou seja, assumindo o papel de pequenos capitalistas em um mercado ilegal que, a despeito dessa ilegalidade, gera capital para o mercado legal, pois ambos os mercados constituem um só mercado: o mercado capitalista a nível internacional. O poder bélico dos milicianos, assim como vem acontecendo com os traficantes de drogas, concede-lhes a função de justiceiros a nível local, o que os leva a justificar (através de expulsão da favela, tortura e até pena de morte) desafetos e reticentes às suas determinações.

A invasão do conjunto de favelas denominado Complexo do Alemão por tropas policiais e por tropas das forças armadas, em dezembro de 2010, representa uma amostragem significativa do medo latente e da violência diversificada sofrida por moradores de favelas desde os anos 1980. Nunca as forças de segurança do estado do Rio de Janeiro tiveram tanta determinação em invadir um conjunto de favelas para o enfrentamento direto com cerca de quatrocentos traficantes fortemente armados como ocorreu no caso da invasão do Complexo do Alemão. As incursões anteriores, a despeito de as tropas policiais usarem armamento pesado, caveirões (espécies de tanques de guerra blindados) e helicópteros, eram, geralmente, levadas a efeito por efetivos policiais de um batalhão ou de uma delegacia, consistindo em troca de tiros com traficantes durante um período de algumas horas, culminando na retirada policial após efetuar ou não prisões, mortes (de traficantes e/ou de inocentes) e/ou apreensão de drogas e armas. O caso da invasão do Alemão foi emblemático e decisivo para testar a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, baseada na ideologia repressiva de enfrentamento aos traficantes dentro das favelas. O grande risco dessa invasão consistia em sua duração imprevisível, que poderia ser contabilizada em dias, semanas ou até meses, dependendo da capacidade de resistência dos traficantes e do número de baixas por parte de inocentes e de agentes de segurança. A duração excessiva

e um elevado número de baixas de inocentes e de agentes de segurança provavelmente repercutiriam negativamente entre a opinião pública e colocaria em cheque a ideologia repressiva adotada pelo governo. No entanto, a Batalha do Alemão foi uma batalha que não houve, devido à fuga em massa – televisionada ao vivo por praticamente todas as redes nacionais de TV aberta, além de outros meios de transmissão – dos traficantes, o que permitiu que as forças policiais estaduais, as forças armadas e a Polícia Federal entrassem nas diversas favelas do Complexo do Alemão e do Complexo da Penha e nelas instalassem uma ocupação plena de êxito. Não houve a batalha, mas houve o que antes designamos por medo latente e violência diversificada, pelo fato de terem vindo à tona, com bem maior propagação do que antes, casos de violência e de corrupção praticados por membros das forças policiais invasoras. A seguir, selecionamos alguns exemplos dessas distorções que aconteceram em ambos os Complexos invadidos, que passaram ao largo de serem apuradas e punidas pelas autoridades.

(...) policiais conhecidos como (...) andam por ruas da favela da Vila Cruzeiro com intenção de instalar uma nova milícia (...) Traficantes cercados desde sexta-feira pagaram R\$1 milhão por cabeça para saírem da favela dentro de blindados da polícia (...) Policiais abordam mulheres na favela dizendo que, se transavam antes com traficantes, a partir de agora terão de fazer sexo com eles (...) Um morador diz que policiais tomaram-lhe R\$400,00, que guardava perto da cama (...) (FRAGA, 2010, p. C4).

Essa violência por parte de policiais funciona na lógica do imaginário de que os favelados e os pobres em geral são dotados de uma longa tradição identitária de marginalidade e inferioridade cidadã. Tradição essa que vimos analisando neste texto, traduzida por representações negativas oriundas do olhar de fora da favela e pela tradição de ausência do poder público em garantir aos favelados e pobres em geral um mínimo de dignidade humana. Esse imaginário de inferioridade cidadã acabou, ao longo de décadas, sendo introjetado nas forças de segurança (polícias e forças armadas), principalmente a partir do momento em que governos, desde os anos 1990, adotaram uma política de segurança pública baseada em uma ideologia predominantemente repressiva, à base de frequentes incursões policiais nas favelas, instituindo a prática de

demorados tiroteios com traficantes que vêm reforçando a cultura do medo latente, da violência que atinge os moradores por extensão e da corrupção (esta se tem desenvolvido quanto mais os policiais entram em contato com os traficantes, mesmo que com a intenção oficial de combatê-los).

O medo latente, entranhado em quase toda a população favelada, geralmente não consegue auferir qual das violências deve ser mais temida, a dos traficantes, dos policiais ou dos milicianos. Uma moradora de favela conta que viveu em poucas horas a violência de um grupo de traficantes, que invadiu sua casa para esconder-se, depois a violência de um grupo de traficantes rivais, que afugentou os primeiros invasores e, por último, a violência da polícia, que invadiu sua casa em perseguição aos traficantes.

Todos eles foram violentos porque entraram na minha casa e não tinham esse direito. Fiquei sem luz, fiquei sem telefone. Fiquei sem ter espaço na minha própria casa. Eu lembro que os que invadiram primeiro ficavam cantando enquanto matavam as pessoas na minha porta. É uma atitude comum. Até os policiais, quando passam com o caveirão, gritam: “sai da rua, vagabundo; sai da rua, piranha”. E riem. Então, para mim, ninguém é bonzinho. São todos iguais (ROCHA & DAMASCENO, 2010, p.18).

Um morador de uma favela que fora dominada por traficantes e passou a ser dominada por milicianos busca relacionar a violência de uns e outros, assinalando que “o tráfico foi ruim e só levou morte e desgraça. Mas os traficantes não se envolviam com a gente e não cobravam nada. Depois a milícia chegou cobrando por segurança, todos ficaram chocados” (Ibid.). O medo e a violência atinge as pessoas desde a infância, como conta uma moradora, de 35 anos de idade e mãe de 4 filhos, que, quando tinha 9 anos ficou chocada ao ver pela primeira vez um morto pela violência do tráfico e seguiu a juventude presenciando a prática da violência psicologicamente intimidadora, como a presença de traficantes armados em bailes funks e vendendo drogas pela favela (Ibid.).

A propósito, os grupos mais vitimados, psicológica e materialmente, pela cultura de violência, são os de crianças e os de jovens. As crianças, por terem uma formação

condicionada pelo medo latente que antes comentamos, além de precárias condições de cidadania (pobreza, educação e saúde públicas deficitárias, etc.). Os jovens, já com o medo injetado, pelo fato de serem tentados, por questões de sobrevivência econômica e por vontade de potência, a entrar para o tráfico, quanto pelo fato deles, sendo traficantes ou não, serem objeto passível de assassinatos ou outros tipos de violência por parte de traficantes, milicianos ou policiais. A baixa oferta de oportunidades para a inserção no mercado legal, a condição socioeconômica precária e a identidade de cidadãos inferiorizados são condicionantes negativas para que os jovens de comunidades pobres se tornem vencedores segundo o ideário mercadológico seguidamente veiculado pela mídia e pela indústria cultural. Como opção mais acessível e rápida de vontade/necessidade de vencer, vontade/necessidade de potência, esses jovens têm a oferta (canto de sereias) de trabalho e de poder (material e, sobretudo, psicológico) do tráfico de drogas, a qual uma diminuta minoria – é importante que se registre que se trata de uma diminuta minoria – aceita. Ao ingressarem na atividade ilegal de traficante, o jovem adquire uma nova identidade, uma nova subjetividade e, por conseguinte, uma nova visão de si e da nova sociabilidade (tráfico local) que o envolve, sentindo-se um vencedor em seu território particular que é a favela, tornando-se, assim, a salvo, em grande parte, do complexo anterior de inferioridade por se sentir membro virtual (através da mídia e indústria cultural) e *outsider* do mercado legal, do mundo legal. Tornando-se traficante, o jovem aumenta consideravelmente a sua vontade de potência, pelo fato de passar a consumir grande parte de mercadorias transmissoras de poder, como roupas de grife, aparelhos eletrônicos, etc. De modo que, a violência não é derivada tão-somente de adversidades socioeconômicas, pois se assim fosse toda – ou quase toda – a população favelada sentir-se-ia impelida a entrar para o tráfico ou outro tipo de ilegalidade. A violência, em grande parte, é também produzida e reproduzida por questões psicológicas, entre as quais parece ser dominante a busca humana por vontade/necessidade de potência, a qual pode ser satisfeita, ou amenizada, por práticas legais ou ilegais, de acordo com a moral de uma dada sociedade. Minayo entende que a violência em torno do tráfico de drogas nas favelas é decorrente de

questões materiais e psicológicas, tendo os jovens como suas principais vítimas. É, portanto, uma violência

econômica, e parte do projeto de internacionalização e globalização do capital. Trata-se de um fenômeno novo; com a cara do pragmatismo do mercado, envolvendo atores globais, nacionais e locais. Os pobres e sobretudo os jovens entram aí, como a parte mais explorada, cujo ganho imediatista amortece sua situação de desemprego e de exclusão, ou de muito poucas opções. Não deixamos de lembrar que existe a parte da subjetividade no encaminhamento para o crime. O mal é que a militância nesse mercado cercado de grandes interesses não mata apenas o corpo, corrói a alma dos jovens, diminuindo seu potencial utópico e transformando-os, por vezes, cinicamente, em arautos do salve-se quem puder (MINAYO,2002, p.175-176).

5. O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A hegemonia da ideologia repressiva no combate à violência, cujas práticas mais usuais têm sido a invasão de favelas por forças policiais fortemente armadas e a ocupação de favelas – não sem antes permitir que os traficantes em seu interior emigrem para outras áreas pobres – por UPPs-Unidades de Polícia Pacificadora têm, a curto prazo, apresentado êxitos significativos na redução da criminalidade na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, a médio e longo prazo não é possível prever se essa ideologia repressiva, baseada em uma espécie de perene estado de exceção (Negri) será razoavelmente eficaz para garantir a sobrevivência física de milhares de vidas nuas (Agamben) que habitam precariamente cerca de mil favelas existentes na área metropolitana do Rio de Janeiro, além de garantir a mesma sobrevivência para as pessoas que não moram em favelas. A população favelada, tal qual a população do asfalto, deseja que a polícia promova a segurança de suas vidas, como atesta uma pesquisa recente, na qual foram ouvidas quatrocentas pessoas de favelas com UPP e quatrocentas pessoas de favelas sem UPP, tendo 92% das primeiras aprovado o projeto de implementação de UPPs e 93% aprovado a invasão dos Complexos da Penha e do Alemão pelas forças de segurança, enquanto as segundas registraram o mesmo apoio

com, respectivamente, 77 e 89% (VASCONCELLOS, 2010, p.16). Parece que ninguém de bom senso tende a discordar de Luís Antônio Machado quando este afirma que os favelados em geral não são contra a segurança vinda do Estado, mas contra as distorções cidadãs que, em não raros casos, assumem tal segurança.

(...) nenhum favelado – exceto, é óbvio, os bandos armados – é contra o controle policial. Uma polícia presente, eficiente e democrática é desejo universal entre os favelados, até porque eles são o contingente mais diretamente afetado pela violência criminal. Toda a revolta é contra os métodos empregados pela maioria dos policiais, cruéis, violentos e arbitrários. Quem quer que presencie uma “operação” nas favelas – a propósito, chamar o caveirão de pacificador é escárnio – ficará horrorizado com a estupidez e falta de sentido dessas ações (MACHADO, 2009, p. A19).

Machado chama a atenção para o fato de que “controle social não se confunde com repressão pura e simples”, sendo a polícia “apenas um entre muitos dispositivos de segurança, e mesmo este não deveria basear-se apenas na repressão” (Ibid.). Segundo ele e Fridman, há uma ideologia de criminalização da pobreza que promove o “uso indiscriminado da força e a ‘permissão para matar’, ou seja, a aceitação da morte dos pobres e favelados como baixas inevitáveis da guerra contra o tráfico” (MACHADO & FRIDMAN, 2006, p.13). A alternativa proposta por ambos consiste na

implementação de políticas públicas que funcionem ao menos como ponto de partida para a consecução das gigantescas e inconclusas tarefas históricas de diminuição das disparidades. Políticas públicas que pensem nos pobres e favelados como sujeitos de direitos, não como um perigo social (Idem).

Diante desta alternativa por eles proposta, com a qual tendemos a concordar, vem-nos à mente uma questão: será que o combate à criminalidade somente poderá acontecer pela via repressiva? Para contribuir com uma possível reflexão em torno desta questão, ocorre-nos lembrar de que durante os dois governos de Leonel Brizola, 1983-1986 e 1991-1994, foi proposta e implantada uma ideologia-política com base no respeito aos direitos humanos consagrados na ONU, proibindo, por exemplo, que forças

policiais invadissem as favelas e as casas dos favelados sem ordem judicial. Ou seja, havia a intenção de garantir aos favelados os mesmos direitos judiciais concedidos aos moradores do asfalto, que, em geral, não são assombrados por invasões de forças policiais, que, atirando contra bandidos, provocam tiroteios, dos quais surgem balas perdidas que, às vezes, atingem inocentes. Outra proposta dos dois governos Brizola que merece ser destacada como alternativa de política pública de contenção indireta à violência foi a implementação do projeto dos CIEPs-Centros Integrados de Educação Pública, que consistiu na construção de 602 escolas de ensino integral (disciplinas escolares, artes, diversão, esportes, etc.) para crianças pobres, sobretudo as de favelas. A intenção principal desse projeto era que as crianças pobres tivessem uma educação equiparável à das crianças de classe média para, assim, ocuparem uma melhor posição cidadã no futuro e manter-se a salvo dos riscos que vimos comentando. As crianças chegavam ao CIEP às sete horas da manhã, tinham cinco refeições diárias e no final da tarde seus pais as levavam para casa, já de banho tomado. No turno da noite, funcionavam turmas para adolescentes com atraso escolar, geralmente por terem abandonado o estudo. Além disso, o CIEP abrigava crianças e adolescentes abandonados, alguns egressos da rua, que passavam a viver em ambiente familiar sob a guarda de um casal de bombeiros militares, que também morava no CIEP. Esse projeto foi abandonado pelos governos que sucederam ao governo Brizola. Provavelmente se tivesse tido continuidade, grande parte das crianças que passassem por ele estariam atualmente com uma melhor condição social, algumas até livres de terem entrado para a criminalidade. Aliada a um projeto como esse, poderia ser desenvolvido uma política de segurança pública investigativa, a cargo de uma polícia inteligente, que busque prender os criminosos com extremo zelo em não colocar em risco a integridade física de inocentes. O Brasil já tem uma polícia com esse perfil: a Polícia Federal, que costuma desenvolver suas ações repressivas após demorado trabalho de inteligência investigativa, visando reprimir apenas os criminosos, preservando inocentes de quaisquer riscos.

Uma outra alternativa que vem sendo ensaiada, de forma precária e bastante restrita – por contar com raros apoiadores e com quase nenhuma divulgação da mídia, que prefere apoiar maciçamente a política de segurança pública do enfrentamento ostensivo e violento, conduzido por uma polícia possuída pelo imaginário de que os pobres são cidadãos inferiores –, é a que propõe anistia para os envolvidos em crimes de tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, exceto os envolvidos em assassinatos. Uma anistia que os insira em projetos de recuperação social, a cargo de ONGs, nas quais esses ex-traficantes, a grande maioria jovens, possam aprender habilidades legais e vendáveis no mercado. Trata-se de uma proposta aviltante à compreensão de muitos, provavelmente da grande maioria da população brasileira. Entretanto, não custa nada lembrar que houve uma cultura, durante o período imperial brasileiro, de se prender marginais e criminosos e enviá-los para trabalhar nas forças armadas e até na polícia. No caso de crianças e adolescentes marginais e/ou criminosos, o destino mais comum era ingressá-los na carreira militar, como aprendizes da Escola de Aprendizes de Marinheiros, do Arsenal de Marinha e do Arsenal de Guerra (pertencente ao Exército). Também era comum que a polícia enviasse esses jovens para empregos, instituições religiosas, instituições laicas e famílias adotivas, entre outros destinos. Não resta dúvida que todas essas alternativas passavam por decisões autoritárias, nas quais a vontade das crianças e adolescentes ficava sufocada. De modo algum defendemos a volta dessas práticas, somente as citamos para ilustrarmos que no passado, quando o respeito aos direitos humanos era bem menor do que hoje, houve anistia a marginais e criminosos (inclusive criminosos políticos).

Isto posto, lançamos a seguinte questão a título de **Conclusão**: por que não se abrir um debate nacional, ou pelo menos a nível de estado do Rio de Janeiro, em torno de políticas públicas voltadas para o público favelado dando espaço a que as propostas baseadas em uma educação/cultura conscientizadora e em uma anistia a traficantes, além de outras propostas que possam surgir, confrontem-se com a atual e hegemônica proposta repressiva? Queremos sugerir que as duas primeiras propostas possam ser articuladas em uma única proposta, tendo como referência o projeto dos CIEPS, o

Método Paulo Freire, O Teatro do Oprimido e o teatro de Brecht. Para a proposta baseada especificamente na anistia (ou pelo menos redução significativa da pena), sugerimos que seja acompanhada de um programa social (ofertas de cursos profissionalizantes, empregos, etc.) e dirigida especificamente para criminosos que sejam psicologicamente tidos como passíveis de assumir uma nova identidade, de trabalhador legalizado e cidadão, e que não estejam, direta e/ou indiretamente, incursos em crimes de derramamento de sangue. Uma anistia desse porte poderia ser uma tentativa de se tirar dezenas, centenas, de pessoas das fileiras do crime sem disparar um único tiro.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paulo Roberto de Araújo. Novo período de redemocratização: política de urbanização. O novo e o velho, 1974-1980. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. *I Seminário Aspectos da Política Urbana na Cidade do Rio de Janeiro e a Secretaria de Desenvolvimento Social*. 22 a 26 de fevereiro de 1988.

BURGOS, Marcelo Baumann. "Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 25-59.

CRUZ NETO, Otávio et al. *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

FRAGA, Plínio. Tudo isto é complexo. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, C4, 01/12/2010.

GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Estatística*, n. 55, jul-set 1953, p. 250-278.

LEEDS, Elizabeth. "Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. Ameaças à democratização a nível local". In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 233-276.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. "Violência como construção social – refletindo com os jovens". In: *Agenda pública. Drama social*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p.161-177.

OLIVEIRA, Jane Souto. Repensando a questão das favelas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v.2 n.1, jan/jun 1985, p. 9-30.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A “Batalha do Rio de Janeiro” e a representação da “favela”. *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010, p. 1 - 9.

PANDOLFI, Dulce e GRYNSZPAN, Mario. "Poder público e favelas: uma relação delicada". In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.242 - 255.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RIBEIRO, João Ubaldo. A guerra que não vai acabar. *O Globo*, 5 de dezembro de 2010.

ROCHA, Carla e DAMASCENO, Natanael. Rompendo o silêncio dos inocentes. *O Globo*, 12/12/2010, Caderno Rio.

ROCHA, Daniella Guedes. *Da batalha à guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG-Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010, p.1-19.

SILVA, Luis Antônio Machado da. A coisa não é tão simples. *Jornal do Brasil*, 24/05/2009. Caderno Cidade.

SILVA, Luis Antônio Machado da e FRIDMAN, Luis Carlos. Bandidos ou “quase bandidos?”. *O Globo*, 03/08/2006.

SOARES, Luis Eduardo. *Meu casaco de general. 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.15 n. 44, out. 2000, p. 5-34.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VASCONCELLOS, Fábio. Um claro objeto de desejo. *O Globo*, 22/12/2010, Caderno Rio.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RESUMO

Pretendemos abordar as favelas da cidade do Rio de Janeiro desde suas origens até o momento atual, destacando questões de representações sociais, identidade e, principalmente, violência. Defenderemos que a formação e o desenvolvimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro obedeceram a um mal de origem ligado diretamente à grande desigualdade social que marca a formação e o desenvolvimento da cultura brasileira em seus vários aspectos: políticos, econômicos, educacionais, etc.

PALAVRAS-CHAVES: Favelas. Representações Sociais. Violência.

ABSTRACT

We intend to approach the favelas of the Rio de Janeiro since its roots until the present time, with emphasis in the questions of social representations, identity and violence. We intend to defend that the making and development of the favelas in the Rio de Janeiro city obey to a evil of origin directly connected to great social inequality that marks the making and development of the Brazilian culture in its several aspects: politics, economics, educationals, etc.

KEY-WORDS: Favelas. Social Representations. Violence.

Recebido em: 13 de outubro de 2013

Aceito para publicação em: 13 de dezembro de 2013